



Foto Júlio Fernandes/Telefoto Estado

Os US\$ 6,1 bilhões do principal da dívida vencida em 85 só serão pagos a partir de 89, diz Bracher

# 'Spread' menor na renegociação

BRÁSILIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os bancos estrangeiros esperaram que o Brasil finalmente apresentasse um plano de recuperação da economia interna, pelo menos confiável, para selar o acordo para a dívida vencida em 1985 e que está vencendo em 1986. Ontem, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, informou que os US\$ 6,1 bilhões do principal da dívida vencida no ano passado somente serão pagos a partir de 1989, mas os juros continuarão sendo remetidos normalmente. Com relação a 1986, quando vencerão US\$ 9,5 bilhões, continuarão sendo pagos também os juros, enquanto o reescalonamento deverá ser acertado no final do ano.

O avanço conseguido pelo País nestas negociações está no fato de que o spread (taxa de risco) foi reduzido de 1,75% acima da prime rate para 1,125% acima da libor para a dívida

externa do setor público e 1,25% para os débitos do setor privado. A taxa básica de juros vigentes em Nova York não serve mais como parâmetro para a dívida brasileira, e isso diminuiu em cerca de US\$ 170 milhões o custo dos débitos brasileiros, segundo estimativa de Bracher. Foi eliminada também a comissão que os bancos cobravam normalmente sobre os montantes negociados, o que aumenta para aproximadamente US\$ 320 milhões o "lucro".

Bracher salientou que a renegociação sem qualquer acordo prévio com o FMI — ao contrário do que exigiam inicialmente os bancos — significou um ganho político, na medida em que o País reconquistou a autonomia para gerir seus negócios. Mas evitou qualquer declaração que pudesse afetar relações com o FMI: "Não dispensamos a sua colaboração (do Fundo)". Acrescentou que a atual renegociação abre o caminho para o Brasil voltar ao merca-

do financeiro internacional, de onde saiu como captador de empréstimos em 1983. Porém, disse que durante as conversações não se falou em "dinheiro novo". "Talvez para o futuro, sim", acrescentou.

Antônio de Pádua Seixas assinou que os spreads agora reduzidos valem também para os financiamentos comerciais e interbancários, que somam US\$ 15,5 bilhões, até março de 1987. Essas linhas também foram prorrogadas no final da semana passada. O acordo a respeito de 1985 e 1986 deverá ser assinado em meados deste ano, porque faltam questões técnicas relativas aos contratos, segundo Bracher e Seixas. O presidente do BC disse que a questão do foro jurídico da dívida brasileira fica ainda na praça de Nova York, "porque os bancos não quiseram abrir um precedente". Esta era uma reivindicação do Banco Central, de mudar o foro para um terceiro país.